

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Por deliberação da Administração da Companhia, foi realizado aumento de capital no ano, utilizando saldo de reserva originado das empresas incorporadas no montante de R\$36.875, proporcionalmente à participação de cada acionista. **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2011
Resultado do período	21.751
(-) Reserva legal	1.088
Base de cálculo	20.663
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.166

A administração da Companhia constituiu reserva para distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 9.952 a fim de aguardar aprovação da distribuição em Assembleia, por tratar-se de distribuição em montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios.

#### 19 Receita líquida de vendas

	2011	2010
Vendas de produtos	377.788	1.400
(-) Deduções		
ICMS sobre o faturamento	(41.657)	-
IPI sobre o faturamento	(24.499)	-
PIS sobre o faturamento	(1.740)	-
COFINS sobre o faturamento	(8.014)	-
Devoluções de Vendas	(24.418)	(292)
Glosa sobre vendas	(615)	-
	<b>(100.943)</b>	<b>(292)</b>
	<b>276.845</b>	<b>1.108</b>

As devoluções de vendas realizadas no exercício são, em sua grande maioria, originadas de problemas de divergências entre os pedidos aprovados para os clientes e seu efetivo faturamento. Na medida em que houve a solução da questão, nova fatura foi elaborada e esse valor foi reconhecido na receita da empresa em sua respectiva rubrica.

#### 20 Custo das vendas

	2011	2010
Materia- Prima	200.626	-
Combustíveis e Lubrificantes	7.237	-
Material de Embalagem	15.614	-
Serviços de Terceiros	6.472	-
Pessoal	14.147	-
<b>Outros custos</b>	<b>8.929</b>	<b>1.390</b>
	<b>253.025</b>	<b>1.390</b>

#### 21 Outras receitas

	2011	2010
Subvenções governamentais		
Redução IRPJ	5.545	-
Subvenções Estaduais (ICMS)	39.345	175
Recuperação de créditos baixados	385	-
	<b>45.275</b>	<b>175</b>

As receitas oriundas de benefícios de redução do imposto de renda referem-se a incentivos fiscais concedidos às empresas que possuem projetos aprovados na área da Amazônia Legal e estão perfeitamente detalhados em sua composição e origem na nota 23. A companhia não está obrigada por nenhum dispositivo regulamentar a constituir reserva de subvenção em relação aos saldos de subvenções estaduais.

#### 22 Receitas e despesas financeiras

	2.011	2.010
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre contas a receber	1.883	-
Descontos auferidos	537	-
Receita Aplicações Financeiras	74	-

Receita Hedge	65	-
Receita de swap	230	-
<b>Varição Monetária / Cambial Ativa</b>	<b>9.025</b>	-
	11.814	-

#### Despesa financeira

Despesa de juros sobre passivos financeiros	(7.438)	-
Perda de variação cambial líquida	(12.229)	-
Despesas com swap	(1.088)	-
Despesas financ. líq. reconhec. no resultado	(551)	-
	<b>(21.306)</b>	-

#### Resultado financeiro líquido

	<b>(9.492)</b>	-
--	----------------	---

No ano de 2010, não houve registro de valor nas contas de resultado dos grupos de receitas ou despesas financeiras pelo fato da Companhia não ter realizado operações vinculadas com a cobrança de tais despesas ou auferido receitas desta natureza.

**23 Imposto de renda e contribuição social** - A Companhia provisionou, a título de impostos sobre o resultado auferido no ano de 2011, os seguintes montantes, inclusive considerando o resultado do lucro da exploração:

	2011
<b>Imposto de renda</b>	
Lucro Líquido	26.348
Base para IRPJ e CSLL	30.331
IRPJ 15%	4.535
Adicional de 10%	2.999
(-) PAT	(112)
<b>1 - Total IRPJ(1+2)</b>	<b>7.422</b>

2 - Redução Incentivada IRPJ (75%) (5.545)

3 - (-) Compensações (23)

**4- IRPJ a pagar (1-2-3) 1.853**

**5- Cálculo Reinvest. 30% (Depósito BASA) (556)**

**6- Valor a recolher p/Receita Federal (4-5) 1.297**

**6- Valor a recolher ao BASA**

Incentivo 30% do IR 556

Recursos Próprios(50% do Incentivo) 278

**Total a recolher 834**

nanceiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.**

(i) Como demonstrado na nota explicativa nº 7, a Companhia realizou adiamento a fornecedor no montante de R\$ 6.760 mil para prestação de serviços de estudos técnicos de viabilidade econômico financeira sobre o qual, até a data do encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos a evidência da efetiva prestação. Consequentemente, não foi possível formarmos opinião sobre os eventuais impactos tributários decorrentes de seu registro. (ii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 a Administração da Companhia decidiu não reconhecer os ganhos e perdas apurados em 31 de dezembro de 2011, decorrentes das operações de hedge, correspondentes a posição futura de contratos de compra a preço fixo de venda. De acordo com o CPC 38 - "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração", os efeitos da avaliação do valor justo do instrumento financeiro devem ser reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Por essa razão, ativo e as receitas do exercício estão registrados a menor em R\$8.769 mil e o passivo e as despesas do exercício estão registradas a menor em R\$22.434 mil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras.** Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no item (i) e do efeito do assunto mencionado no item (ii) do parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras" as demonstrações financeiras referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alubar Metais e Cabos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfase** - Operações com partes relacionadas - Conforme apresentado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas em condições diferentes das de mercado. Consequentemente, os resultados dessas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relativa a esse assunto. **Outros assuntos** - Informações comparativas - As demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 4 de março de 2011 com ressalvas por limitação sobre a não adoção da totalidade dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e por não ter realizado a revisão do tempo de vida útil de seu ativo imobilizado. Fortaleza, 30 de abril de 2012.

**KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 S-CE - Eliardo Araújo Lopes Vieira**  
- Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE



**TRAMONTINA BELÉM S/A.**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390720  
Tramontina Belém S/A. CNPJ Nº 14.068.605/0001-29. Nire 15300014824. Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária em 24/04/2012 às 10:00 na sede social da Empresa, no Distrito Industrial de Icoaraci, Setor C, Quadra 2, Lotes 3 a 8 em Belém-PA., publicações conforme determina a Lei. Compareceram acionistas, representando mais de 2/3 do capital votante, conforme Livro de Presenças de Acionistas, para deliberarem sobre o seguinte: As contas dos administradores, as demonstrações financeiras e todos os atos administrativos, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2011; O Lucro do exercício no valor de R\$ 4.761,598,50, que será utilizado para absorver prejuízos acumulados, de acordo com artigo 189 § único da Lei 6.404/76. A fixação dos honorários do Conselho de Administração, na importância global de até R\$ 20.000,00 mensais, e da Diretoria Executiva, a importância global de até R\$ 130.000,00 mensais, que serão individualizados em reunião do mesmo Conselho. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada em 24.04.2012, aprovada por unanimidade, tendo seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 20000313288 do dia 05.06.2012 a) Getulio Villas Moreira-Secretário Geral.

**MADECOL INDÚSTRIA E COM. DE MADEIRAS LTDA-ME**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390868  
MADECOL INDÚSTRIA E COM. DE MADEIRAS LTDA-ME, CNPJ 12.691.195/0001-42, SITO À ROD. BR 163, CUIBA SANTARÉM, KM 1347, TRAIRÃ Torna Público Que Requererá DA SEMA O RECADASTRAMENTO DO CEPROF 4221, PROT. Nº. 2012/14723.

**MBAC FERTILIZANTES LTDA.**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390869  
A MBAC FERTILIZANTES LTDA. CNPJ: 13.971.723/0001-80, torna público que solicitou junto a SEMA (PA) a AUTORIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO DE FAUNA SILVESTRE no Município de São Félix do Xingu (PA), através do protocolo nº 10032/2012.

**TALON IRON MINERAÇÃO LTDA.**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390874  
A TALON IRON MINERAÇÃO LTDA. CNPJ: 00.905.996/0001-84, torna público que recebeu da SEMA (PA) a LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 6307/2012, para Pesquisa Mineral no Município de Santa Maria das Barreiras-PA.

**POUSADA CASTELO LTDA**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390880  
Pousada Castelo Ltda – Torna público que requereu da SEMA/PA, Outorga de uso de recursos hídricos do poço a Trav. Castelo Branco, 2339/Belém/PA – Protocolo 012/16581.

**DURLICOUROS IND. E COM. DE COUROS EXP. E IMP. LTDA**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 391001  
DURLICOUROS IND. E COM. DE COUROS EXP. E IMP. LTDA. CNPJ 00.105.229/0004-33 torna público que recebeu a LO nº 6854/2012 da SEMA/PA, para a atividade de curtume, localizado no Município de Xinguara/PA.

**FC CAUHY DE SÃO JOAO DO ARAGUAIA**  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390586  
FC CAUHY DE SÃO JOAO DO ARAGUAIA CNPJ 83.763.623/0002-24, SOLICITA À SEMA LO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS.